

## **2. Informação Económico Financeira do Município de Braga – 1º Semestre de 2023.**

Submete-se para conhecimento do Executivo Municipal, informação semestral sobre a situação económica e financeira do município de Braga, e envio à Assembleia Municipal, para conhecimento, nos termos disposto na alínea d) do número 2 artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

Os documentos de prestação de contas relativos ao primeiro semestre de 2023 foram preparados de acordo com os princípios contabilísticos previstos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Assim, embora os presentes documentos não tenham a profundidade nem a extensão da informação prestada no final do exercício, os princípios contabilísticos que lhes estão subjacentes correspondem, no essencial, aos aplicados no final do mesmo.

Tendo presente que os objetivos do relato financeiro pelas entidades públicas, preconizados no diploma legal vigente, são entre outros proporcionar informação sobre essas entidades que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras de finalidade geral para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para tomada de decisões, o Município de Braga divulga, à data de 30 de junho de 2023, o Balanço e Demonstração de Resultados por Naturezas.

Câmara Municipal de Braga				
Balanço em 30 de junho de 2023				
		Valores em €		
RUBRICAS	NOTAS	30/06/2023	31/12/2022	
<b>Ativo não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis		730 867 225,74 €	640 827 048,97 €	
Propriedades de investimento		- €	- €	
Ativos intangíveis		331 203,21 €	371 161,97 €	
Ativos biológicos		- €	- €	
Participações financeiras		66 908 823,11 €	66 908 823,11 €	
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €	
Acionistas/sócios/associados		- €	- €	
Diferimentos		- €	- €	
Outros ativos financeiros		- €	- €	
Ativos por impostos diferidos		- €	- €	
Clientes, contribuintes e utentes		- €	- €	
Outras contas a receber		20 038 734,31 €	20 038 734,31 €	
		818 145 986,37 €	728 145 768,36 €	
<b>Ativo corrente</b>				
Inventários		930 413,40 €	855 063,31 €	
Ativos biológicos		- €	- €	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		794 103,27 €	3 277 898,46 €	
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €	
Clientes, contribuintes e utentes		931 925,29 €	395 125,13 €	
Estado e outros entes públicos		109,84 €	82 016,74 €	
Acionistas/sócios/associados		- €	- €	
Outras contas a receber		44 302 641,27 €	37 369 299,71 €	
Diferimentos		2 131 274,80 €	2 142 291,96 €	
Ativos financeiros detidos para negociação		- €	- €	
Outros ativos financeiros		- €	- €	
Ativos não correntes detidos para venda		- €	- €	
Caixa e depósitos		10 284 345,41 €	6 607 423,73 €	
		59 374 813,28 €	50 729 119,04 €	
<b>Total do Ativo</b>		<b>877 520 799,65 €</b>	<b>778 874 887,40 €</b>	
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>				
Património/Capital		192 159 694,49 €	192 159 694,49 €	
Ações (quotas) próprias		- €	- €	
Outros instrumentos de capital próprio		- €	- €	
Prémios de emissão		- €	- €	

Reservas	9 691 326,83 €	9 279 576,85 €
Resultados transitados	477 373 407,97 €	389 163 332,48 €
Ajustamentos em ativos financeiros	16 912 971,79 €	16 912 971,79 €
Excedentes de revalorização	- €	- €
Outras variações no Património Líquido	106 940 364,35 €	104 089 125,31 €
Resultado líquido do período	1 225 319,43 €	843 342,35 €
Dividendos antecipados	- €	- €
Interesses que não controlam	- €	- €
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>804 303 084,86 €</b>	<b>712 448 043,27 €</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões	2 341 380,81 €	6 841 380,81 €
Financiamentos obtidos	14 485 623,33 €	15 130 692,31 €
Fornecedores de investimentos	- €	- €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	- €	- €
Diferimentos	4 168 179,99 €	4 168 179,99 €
Passivos por impostos diferidos	- €	- €
Fornecedores	- €	- €
Outras contas a pagar	9 236 437,13 €	5 217 804,43 €
	<b>30 231 621,26 €</b>	<b>31 358 057,54 €</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	31 790,41 €	11 000,00 €
Fornecedores	11 715 552,55 €	10 281 438,47 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	- €	538 109,59 €
Estado e outros entes públicos	922 471,26 €	430 651,11 €
Acionistas/sócios/associados	- €	- €
Financiamentos obtidos	7 079 714,49 €	2 853 612,18 €
Fornecedores de investimentos	4 938 790,85 €	4 148 992,74 €
Outras contas a pagar	15 936 020,03 €	14 443 228,56 €
Diferimentos	2 361 753,94 €	2 361 753,94 €
Passivos financeiros detidos para negociação	- €	- €
Outros passivos financeiros	- €	- €
	<b>42 986 093,53 €</b>	<b>35 068 786,59 €</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>73 217 714,79 €</b>	<b>66 426 844,13 €</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>	<b>877 520 799,65 €</b>	<b>778 874 887,40 €</b>

Câmara Municipal de Braga			
Demonstração de Resultados por naturezas do período findo em 30 de junho de 2023			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		30/06/2023	30/06/2022
Impostos, contribuições e taxas		37 045 564,42 €	33 272 014,59 €
Vendas		21 123,61 €	12 547,83 €
Prestações de serviços e concessões		1 451 519,45 €	886 769,74 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		- €	- €
Transferências e subsídios correntes obtidos		28 895 339,50 €	20 159 408,78 €
Variações nos inventários da produção		- €	- €
Trabalhos para a própria entidade		- €	- €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		- 310 421,07 €	- 206 167,86 €
Fornecimentos e serviços externos		-16 428 726,98 €	-13 470 432,92 €
Gastos com pessoal		-20 682 104,78 €	-18 031 521,72 €
Transferências e subsídios concedidos		-17 361 306,73 €	-11 871 330,27 €
Prestações sociais		- €	- €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		- €	- €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- €	- €
Provisões (aumentos/reduções)		- €	- €
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- €	- €
Aumentos/reduções de justo valor		- €	- €
Outros rendimentos		3 609 493,04 €	4 447 383,65 €
Outros gastos		- 2 835 695,28 €	- 2 051 828,74 €
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>13 404 785,18 €</b>	<b>13 146 843,08 €</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-12 008 738,68 €	- 7 605 353,66 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- €	- €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>1 396 046,50 €</b>	<b>5 541 489,42 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		101 103,08 €	87 342,50 €
Juros e gastos similares suportados		- 271 830,15 €	- 36 500,98 €
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1 225 319,43 €</b>	<b>5 592 330,94 €</b>
Imposto sobre o rendimento		- €	- €
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1 225 319,43 €</b>	<b>5 592 330,94 €</b>
Detentores do capital da entidade-mãe		- €	- €
Interesses que não controlam		- €	- €

De acordo com o disposto na alínea d) do número 2 artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, é da competência do auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas, remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo do município informação sobre a respetiva situação económica e financeira.

Assim, remetem-se as demonstrações financeiras do Município de Braga reportadas a 30 de junho de 2023, preparadas pela Divisão de Contabilidade, bem como parecer do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral emitido pelos Revisores Oficiais de Contas.

**Anexo: Informação do Auditor Externo**



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

## **INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO**

(artigo 77º, nº 2 alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

**MUNICÍPIO DE BRAGA**

**1.º Semestre de 2023**



# ÍNDICE

## I. INTRODUÇÃO

## II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO EXECUTIVO

## III. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR EXTERNO

## IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

## V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

## VI. INDICADORES SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

## VII. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

## VIII. CONCLUSÃO





## I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de auditor externo do **Município de Braga** (a entidade ou o Município) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 77º, nº 2 alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei do regime financeiro das autarquias locais) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da entidade. Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2023.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2023 (que evidencia um total de 877 520 800 euros e um total de património líquido de 804 303 085 euros, incluindo um resultado líquido de 1 225 319 euros), à Demonstração dos Resultados e aos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 67 942 147 euros de despesa paga e um total de 71 456 641 euros de receita cobrada) que nos foram apresentados pelo órgão executivo relativamente ao semestre em causa, bem como aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculámos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhes atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

## II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO EXECUTIVO

É da responsabilidade do órgão executivo:

- a) A preparação do balanço, da demonstração dos resultados e dos mapas de execução orçamental intercalares, reportadas a 30 de junho de 2023, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.

## III. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR EXTERNO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2023.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade



que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações aos responsáveis, procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

#### **IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO**

O quadro seguinte reflete as rubricas de balanço, em termos agregados por contas de razão, a 30 de junho de 2023:



Rubricas	Natureza	30 de Junho de 2023	31 de dezembro de 2022	Var. Jun. 23/ Dez. 22	
				Absoluta	%
11 Caixa	D	27 197,93	2 565,19	24 632,74	960%
12 - Depósitos à ordem/13- Outros depósitos	D	10 257 147,48	6 604 858,54	3 652 288,94	55%
20 - Devedores e credores por transferências e empréstimos bonificados	C	31 790,41	11 000,00	20 790,41	0%
20 - Devedores e credores por transferências e empréstimos bonificados	D	794 103,27	3 277 898,46	-2 483 795,19	-76%
21 - Clientes, contribuintes e utentes (líquido de imparidades)	D	931 925,29	395 125,13	536 800,16	136%
22 - Fornecedores	C	16 654 343,40	10 281 438,47	6 372 904,93	62%
24 - Estado e outros entes públicos (valor líquido)	C	922 361,42	430 651,11	491 710,31	114%
25- Financiamentos obtidos	C	21 565 337,82	17 984 304,49	3 581 033,33	20%
27 - Outras contas a receber e a pagar (saldo devedor)	D	64 341 375,58	57 408 034,02	6 933 341,56	12%
27 - Outras contas a receber e a pagar (saldo credor)	C	25 172 457,16	24 348 135,32	824 321,84	3%
28 - Diferimentos	D	2 131 274,80	2 142 291,96	-11 017,16	-1%
28 - Diferimentos	C	6 529 933,93	6 529 933,93	0,00	0%
29 - Provisões	C	2 341 380,81	6 841 380,81	-4 500 000,00	-66%
3 - Inventários	D	930 413,40	855 063,31	75 350,09	9%
41 - Investimentos financeiros	D	66 908 823,11	66 908 823,11	0,00	0%
42 - Propriedades de investimento	D	0,00	0,00	0,00	0%
43 - Imobilizações incorpóreas			371 161,97	-371 161,97	
43 - Ativos Fixos Tangíveis	D	704 660 293,02	627 114 574,02	77 545 719,00	12%
44 - Ativos Intangíveis	D	331 203,21	371 161,97	-39 958,76	-11%
49 - Provisão para investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00	
45 - Investimentos em curso	D	26 206 932,72	13 712 474,95	12 494 457,77	91%
51 - Património/capital	C	192 159 694,49	192 159 694,49	0,00	0%
55 - Reservas	C	9 691 326,83	9 279 576,85	411 749,98	4%
56 - Resultados Transitados	C	477 373 407,97	389 163 332,48	88 210 075,49	23%
57 - Ajustamentos em ativos financeiros	C	16 912 971,79	16 912 971,79	0,00	0%
59 - Outras variações no património líquido	C	106 940 364,35	104 089 125,31	2 851 239,04	3%
Resultado Líquido	C	1 225 319,43	843 342,35	381 977,08	45%





1. A rubrica de **Devedores e Credores por Transferências, Subsídios e Empréstimos Bonificados** resulta essencialmente dos empréstimos bonificados refletidos como financiamentos, atribuídos pela Agência para o desenvolvimento e Coesão- BEI, com o objetivo de financiar as seguintes obras:

- Norte-05-2316-FEDER-000067-Reab. Mercado Municipal;
- Norte-05-1406-FEDER-000101-Prom.Mobilidade Pedonal;
- Norte-08-5673-FEDER-000145 - Escola Secundária Maximinos.

Inclui ainda o montante a receber da Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM) referente ao PART (Programa de apoio à redução tarifária nos transportes); ProTransp (Apoio para promover o reforço dos serviços e implementação dos novos serviços de transportes públicos), conforme Despacho nº 8459/2020 e Despacho nº 7461-A/2023 – legislação que veio reforçar o financiamento dos serviços públicos de transportes de passageiros.

Os valores transferidos pela CIM para o Município são entregues à TUB – Transportes Urbanos de Braga, que tem por objeto social a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros, sendo o efeito líquido nas contas no Município apenas uma parcela de 20%, referente à comparticipação municipal.

2. O saldo de **Clientes** inclui a rubrica de clientes de cobrança duvidosa, no montante de 2 633 717€, para o qual já foi constituída perda por imparidade da totalidade do valor.

Alertamos para a necessidade de um maior rigor na utilização dos softwares dos vários serviços que originam rédito para o Município, e para a importância de procedimentos de validação da integração automática dessa informação na Contabilidade, a fim de garantir com mais fiabilidade o valor dos rendimentos e a respetiva dívida.

É necessário haver uma informação atempada entre a divisão de controlo da receita e a contabilidade referente aos valores cobrados que já tinham sido considerados duvidosos



e para os quais foi constituída imparidade, a fim de se proceder às devidas regularizações contabilísticas.

3. O saldo significativo da rubrica de **Fornecedores** é composto fundamentalmente pela obrigação assumida para com as empresas participadas, referente quer aos contratos programa, quer ao contrato de concessão em regime de exclusividade do serviço público de transporte rodoviário de passageiros celebrado com a participada TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., relativos ao exercício de 2023. Para além disso, a referida rubrica inclui ainda passivo do Município relativo à empresa SGEB – Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S.A., no montante de 4 131 559€.

A Endesa Energia, S.A. também apresenta um saldo significativo a 30 de junho de 2023, tratando-se do principal fornecedor de eletricidade.

4. O saldo da rubrica de **Provisões** reduziu 4 500 000€ em relação a 31 de dezembro de 2022, valor esse que foi reclassificado para **Outras contas a pagar**, devido ao facto de o Município ter sido condenado a pagar o referido montante às entidades Assoc – Obras Públicas, ACE e Sociedade Construções Soares da Costa, no âmbito do processo nº 1259/06 que estava a decorrer no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.
5. O saldo referente a **Financiamentos obtidos** apresenta um aumento de cerca de 20% comparando com o saldo a 31 de dezembro. Este incremento resulta do novo financiamento contratualizado com a entidade bancária Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo a curto prazo, no montante máximo de 6 000 000€.
6. A rubrica de **Outras Contas a Receber e a Pagar** (saldo devedor) inclui essencialmente: (i) outros acréscimos de rendimento, IMI e derrama especializados em 2022 e que ainda não foram totalmente regularizados/recebidos, bem como IMT e IUC de junho recebidos no mês de julho; (ii) dividendos atribuídos pela empresa participada – AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. e ainda não recebidos, no montante de 19 268 282€; (iii) saldo de clientes transferido do antigo SMAS para a AGERE – 770 103€; (iv) e rendas e concessões no valor de 305 306€ – SGEB.





7. Os montantes credores da conta de **Outras Contas a Receber e a Pagar** referem-se fundamentalmente às seguintes situações: (i) saldo de fornecedores de imobilizado, no montante de 4 938 791€; (ii) credores por acréscimos de gastos - estimativa de férias, subsídio de férias e de Natal do 1º semestre, no montante de 4 705 026€ e outros acréscimos de gastos referentes a transferências correntes concedidas para fornecimentos e serviços externos, essencialmente para refeições escolares e para o PART (Programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos), no valor de 3 372 122€. Inclui ainda os saldos relativos ao adiantamento por conta de lucros realizado pela participada AGERE – 1 925 000€ e o saldo em dívida à SGEB, decorrente das rendas dos equipamentos desportivos, no montante de 1 535 924€.

Ainda nesta rubrica é de destacar outros saldos também com impacto significativo:

- a) valor a liquidar à entidade Souto Moura, Arquitetos, Lda., no montante de 1 031 450€;
- b) montante devido à entidade Proafa – Serviços de Engenharia, S.A. no montante de 1 468 550€;
- c) saldo a liquidar à entidade Assoc. Obras Públicas, ACE no montante de 2 565 000€ e saldo a regularizar à entidade Soc. Construções Soares da Costa no montante de 1 519 512€, valores relacionados com a obra do novo estádio e que estavam a ser reclamados/contestados em tribunal, tendo havido uma sentença desfavorável para o Município.

Falta ainda referir que neste primeiro semestre foi acordado o Município restituir à ESSE - Estacionamento à Superfície e Subterrâneo S.A. o montante de 2 100 000€, na sequência do acordo extrajudicial celebrado por referência ao processo nº 1954/13.2BEBRG – Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

8. Com a aplicação informática (AIRC) o Município passou a dispor de um ficheiro/detalhe de inventários, no qual regista todas as compras e consumos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, tendo em vista o cômputo dos gastos incorridos e o apuramento do saldo de **Inventários** atualizado.



9. A rubrica de **Investimentos financeiros** reflete os investimentos nas entidades controladas, cujas participações estão maioritariamente mensuradas ao MEP – Método de equivalência patrimonial. Os investimentos em outras entidades resultam do **FAM – Fundo de Apoio Municipal**, no montante de 2 504 241€, sendo este um mecanismo de recuperação financeira dos Municípios portugueses, legalmente estabelecido, mediante a implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e, subsidiariamente de assistência financeira.
10. Na rubrica de **Ativos Fixos Tangíveis** destacamos este semestre a reclassificação de alguns itens registados na rubrica bens de domínio público - *Infraestruturas* para bens de domínio público - *Terrenos e outros recursos naturais*, e a correspondente regularização das depreciações acumuladas, com efeitos na rubrica de Resultados Transitados.

A este nível, consideramos pertinente referir que, conforme mencionado na nossa Certificação Legal das Contas do exercício de 2022, apesar dos esforços desenvolvidos consideramos ainda não ter sido possível garantir a plenitude e mensuração dos ativos incluídos na rubrica de Ativos fixos tangíveis, designadamente quanto aos bens imóveis de domínio público e de domínio privado, tendo em vista o integral cumprimento do disposto no normativo contabilístico (NCP 5, em particular). Ainda que esteja em curso um trabalho especial, realizado por peritos externos e que tem em vista suprir as limitações descritas, à presente data consideramos não serem passíveis de quantificação os eventuais ajustamentos necessários no ativo (rubrica de Ativos fixos tangíveis) e no património líquido (resultado líquido do período, resultados transitados e outras variações no património líquido) do Município.

Também no que se refere às concessões, as concessionárias ainda não forneceram a informação adequada e suficiente sobre os ativos, o que impossibilita o Município de proceder aos registos contabilísticos necessários para dar integral cumprimento à NCP 4 – Acordos de concessão: concedente. Assim, não nos é possível apurar os eventuais ajustamentos decorrentes da situação exposta para as demonstrações financeiras do 1º semestre de 2023, no ativo (rubrica de ativos fixos tangíveis), no passivo (rubrica de diferimentos) e no património líquido (resultado líquido do período e resultados transitados).





11. Os **Investimentos em curso** tiveram um incremento considerável em relação ao período anterior, resultante, em grande medida, das seguintes obras: i) requalificação do Cávado entre Rio torto e a Avenida do estádio; ii) Requalificação do Centro Cultural Dr. Francisco Sanches; iii) requalificação e ampliação da escola básica de Nogueira; iv) Obra Eu Já passo Aqui; v) Obra de Conservação, Valorização e Promoção do Convento de São Francisco de Real e vi) Obra de Requalificação e ampliação da Escola Básica de Este S. Pedro.
12. Alertamos para a necessidade de um maior rigor e tempestividade na comunicação das datas de conclusão das obras. Os departamentos que acompanham as obras devem remeter para os serviços de Contabilidade e para a área do Património o auto de receção provisória da obra, a fim de se proceder à reclassificação da mesma para Ativos Fixos Tangíveis (firme) e dessa forma, o ativo passar a estar disponível para uso e, bem assim, sujeito a depreciações.
13. O **Património líquido** teve um impacto significativo na rubrica de resultados transitados que decorre da regularização das depreciações acumuladas, em consequência da reclassificação de um conjunto de itens (alvarás de loteamento) da rubrica de Bens de domínio público - Infraestruturas para a rubrica de Bens de domínio público - Terrenos e Outros Recursos Naturais, conforme mencionado anteriormente.
14. O saldo da rubrica de **Outras variações no património líquido** reflete as transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables ao abrigo do FEDER-Portugal 2020 e ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro e art. 35º, nº 3 da lei nº 73/2013.

Nesta rubrica foi também reconhecido, neste 1º semestre, a transferência de um ativo do Estado – Escola Gulbenkian, no montante de 2 025 343€, ao abrigo da descentralização da educação – DL nº 21/2019.

## V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe das contas de gastos e rendimentos do primeiro semestre de 2023:





Rubricas	Natureza	1 de Janeiro a 30 de Junho de 2023	1 de Janeiro a 30 de Junho de 2022	Var. Jun. 23/ Jun. 22	
				Absoluta	%
60- Transferências e subsídios concedidos	D	17 361 306,73	11 871 330,27	5 489 976,46	46%
61- CMVMC	D	310 421,07	206 167,86	104 253,21	51%
62 - Fornecimentos e serviços externos	D	16 428 726,98	13 470 432,92	2 958 294,06	22%
63 - Gastos com o pessoal	D	20 682 104,78	18 031 521,72	2 650 583,06	15%
64 - Gastos de depreciação e de amortização	D	12 008 738,68	7 605 353,66	4 403 385,02	58%
65 - Perdas por imparidade	D	0,00	0,00	0,00	
68 - Outros gastos	D	2 835 695,28	2 051 828,74	783 866,54	38%
69 - Gastos por juros e outros encargos	D	271 830,15	36 500,98	235 329,17	645%
70 - Impostos, contribuições e taxas	C	37 045 564,42	33 272 014,59	3 773 549,83	11%
71 - Vendas	C	21 123,61	12 547,83	8 575,78	68%
72 - Prestações de serviços e concessões	C	1 451 519,45	886 769,74	564 749,71	64%
74 - Trabalhos para a prp empresa	C	0,00	0,00	0,00	0%
75 - Transferências e subsídios correntes obtidos	C	28 895 339,50	20 159 408,78	8 735 930,72	43%
76 - Reversões	C	0,00	0,00	0,00	0%
78 - Outros rendimentos	C	3 609 493,04	4 447 383,65	-837 890,61	-19%
79 - Juros, dividendos e outros rendimentos similares	C	101 103,08	87 342,50	13 760,58	16%
Resultado Líquido	C	1 225 319,43	5 592 330,94	3 842 573,73	69%

1. Em relação à rubrica de **Fornecimentos e serviços externos**, constatamos que os itens que apresentam montantes mais significativos são os seguintes:

- Iluminação pública e eletricidade;
- Estudos, pareceres e consultoria jurídica;
- Projetos e serviços de informática;
- Outros bens e fornecimentos;
- Consumo de Gás;
- Deslocações e Estadas;
- Rendas e Alugueres;
- Serviços Culturais;
- Outros Serviços;



2. Na rubrica de **Transferências e Subsídios Correntes**, verificamos que estão reconhecidos essencialmente subsídios para freguesias, ao abrigo dos contratos de execução e dos contratos interadministrativos, verbas referentes a refeições para o 1º ciclo e para o pré-escolar e subsídios destinados a instituições sem fins lucrativos, suportados por protocolos de colaboração. Estão ainda reconhecidos subsídios a empresas municipais e intermunicipais que decorrem dos contratos programa celebrados com a Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. – 1 550 000€, InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica, E.M. – 390 300€, Teatro Circo de Braga, E.M., S.A. – 2 950 912€ e do contrato de concessão com a TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., em vigor durante 10 anos, no valor global de 60 389 935€, e com um valor anual de 6 038 994€.

Na subconta- Outros – a/c 601629, também temos o valor referente ao PART (Programa de apoio à redução tarifária nos transportes); ProTransp (Apoio para promover o reforço dos serviços e implementação dos novos serviços de transportes públicos), do Despacho nº 8459/2020 e do despacho nº 7461-A/2023 – despacho que veio reforçar o financiamento dos serviços públicos de transportes de passageiros.

#### Reconhecimento ao semestre:

PART		
	Valor anual 2023	Valor reconhecido no 1º semestre
<b>Valores Aprovados</b>		
PART	976 801,21 €	488 400,61
PROTransp	624 741,41 €	312 370,71
Despacho n.º 8459/2020	299 748,30 €	149 874,15
Despacho n.º 3515-A/2021 ou D. n.º 13965-A/2022		
Despacho n.º 7495-B/2021 ou D. n.º 14837-D/2022		
Despacho n.º 11653-A/?		
Despacho n.º 1147-A/2022		
CIM Protransp		
Despacho n.º 8280/2022		
Despacho 7461-A/2023 Verba referente a 2022	2 323 796,73 €	2 323 796,73 €
<b>Total de Receita Aprovada</b>	<b>4 225 087,65 €</b>	<b>3 274 442,19 €</b>
Encargo para Município = 20%Compart. Municipal	195 360,24 €	97 680,12 €

Os valores acima evidenciados são transferidos pela Comunidade Intermunicipal do Cávado para o Município e este, por sua vez, transfere-os à TUB – Transportes Urbanos de Braga, que tem por objeto social a prestação do serviço público de transporte





coletivo de passageiros, sendo o efeito líquido nas contas no Município apenas os 20% da comparticipação municipal.

3. Os **Gastos com o pessoal** têm vindo a aumentar consideravelmente devido às atualizações salariais impostas legalmente e devido à integração do pessoal ao abrigo da transferência de competências no domínio da educação e da saúde.
4. Para os **Gastos de depreciação e amortização** foi estimado e especializado o correspondente a 50% do valor das depreciações/amortizações do exercício anterior, o que no âmbito das regularizações contabilísticas que estão a ser identificadas e registadas no Ativo fixo tangível do Município, poderá causar distorções materialmente significativas nas demonstrações financeiras do semestre.
5. A conta de **Impostos, contribuições e taxas** reflete os valores do IMI e derrama especializados neste 1º semestre, e que somente serão recebidos a partir de 2024, bem como as verbas recebidas de IUC e IMT. Inclui ainda os montantes recebidos referentes às taxas específicas das autarquias locais, essencialmente relacionadas com loteamentos e obras e ocupação da via pública.
6. Constatámos que tem havido um progresso no rigor subjacente ao reconhecimento dos rendimentos que resultam das **Vendas, prestações de serviços e taxas específicas das autarquias locais**. Todavia, continuam a persistir dificuldades em validar a sua plenitude, do ponto de nível contabilístico, nomeadamente devido à existência de diversas subcontas designadas como "Outros", o que dificulta o cruzamento e validação das listagens de faturação. Com vista a uma melhor análise desta área, sugerimos que as listagens de faturação de todos os departamentos apresentem uma coluna com as respetivas subcontas associadas ao serviço prestado. Para garantir e melhorar o controlo das **taxas específicas do Município - loteamentos e obras** sugerimos que o Município utilize na íntegra a aplicação específica – **SPO- Sistema de processos de obras**, desenvolvida para a gestão dos processos a fim de garantir uma boa gestão e planeamento dos mesmos. A utilização da referida aplicação de forma apropriada e integral permitirá ao Município obter a desmaterialização dos processos de urbanismo, garantindo o seu registo, tramitação e consulta de forma eletrónica, e possibilitando também a emissão das faturas de forma automática (e não manual). Alertamos ainda para a importância da segregação de funções no cálculo das taxas.



Julgamos pertinente destacar que, conforme mencionado na nossa Certificação Legal das Contas do exercício de 2022, ainda que se tenham verificado melhorias relevantes a assinalar, persistem algumas limitações quanto à obtenção de prova de auditoria suficiente para garantir a adequada mensuração dos rendimentos relativos à rubrica de Loteamentos e obras e a respetiva documentação de suporte, pelo que não nos é possível a validação integral dos montantes registados contabilisticamente.

7. As **Transferências e subsídios correntes obtidos** derivam do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, Fundo Emergência Municipal, Fundo Participação Fixa no IRS), Fundo de Financiamento de Descentralização no âmbito da educação e saúde e outros subsídios (DREN, IEPF, Seg. Social e Fundo Social Europeu). A transferência de competência no domínio da saúde entrou em vigor em 2023, o que justifica o aumento do rédito reconhecido nesta rubrica.
8. Os trabalhos que o Município realiza para si mesmo (**Trabalhos para a própria entidade**), sob administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu ativo fixo tangível, não foram reconhecidos no primeiro semestre de 2023, sendo essa análise efetuada apenas no final do exercício.
9. A conta de **Outros Rendimentos** evidencia fundamentalmente neste primeiro semestre: (i) ganhos em rendas de terrenos concessionados à EDP; e (ii) transferências de capital que resultam dos subsídios ao investimento e que vão sendo imputadas a rendimento na proporção das depreciações dos ativos subsidiados.

## VI. INDICADORES SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Das análises anteriores decorrem os indicadores de situação económica e financeira e de dependência que vêm expressos nos quadros subsequentes:





### Q.3. Indicadores da situação económico-financeira

		30/jun/23	31/dez/22
<b>Solvabilidade</b>	Património líquido/Passivo	1098,51%	1072,53%
<b>Autonomia Financeira</b>	Património líquido/Ativo Líquido	91,66%	91,47%
<b>Liquidez Geral</b>	Ativo Corrente/Passivo Corrente	1,38	1,45
<b>Liquidez Imediata</b>	Meios Financeiros Líquidos/Passivo Corrente	0,24	0,19
<b>Rendibilidade Económica</b>	Resultado líquido/Ativo Líquido	0,14%	0,11%
<b>Rendibilidade Financeira</b>	Resultado líquido/Património Líquido	0,15%	0,12%
<b>Endividamento</b>	Passivo/Ativo Líquido	8,34%	8,53%

### Q. 4. Indicadores de dependência

		30/jun/23	30/jun/22
<b>Dependência económica total</b>	Rendimentos com origem no município/Gastos Totais	60,41%	72,66%
<b>Dependência económica de transferências e subsídios</b>	Rendimentos com origem no município de transferências e subsídios/Rendimentos Totais	40,63%	34,25%

## VII. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Dos mapas de controlo orçamental da receita e da despesa preparados pelo Município decorrem as seguintes análises:

Adicionalmente, apresenta-se o seguinte quadro de indicadores orçamentais:

Descrição	jun/23	jun/22
Receita Total Disponível/Despesa Total Paga	1,05	1,10
Receita Corrente Cobrada/Despesa Corrente Cobrada	1,23	1,17
Receita corrente cobrada/Total de receitas cobradas	89%	84%
Despesa corrente paga/despesa total paga	78%	82%



Conforme decorre da informação apresentada acima, o grau de execução verificado nas receitas e despesas de capital (quando comparado com o grau de execução verificado nas receitas e despesas correntes) acaba por ter um carácter intrínseco à natureza da atividade desenvolvida pelos Municípios.

Os indicadores anteriores refletem, em geral, uma execução orçamental equilibrada em termos globais, e sem oscilações significativas face ao período homólogo.

## VIII. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado, e excetuando as limitações descritas acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira e orçamental disponibilizada pela entidade **Município de Braga** para o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2023, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente. Salientamos que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável no período em análise, tendo em conta a natureza e características da sua atividade.

Braga, 24 de outubro de 2023